

INTERAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E POLÍCIA MILITAR GOIANA NA REGIÃO NOROESTE E NORTE DE GOIÂNIA.

Cad. PM. Vinicius Rodrigues MIRANDA¹

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é estudar a interação entre comunidade e polícia militar goiana, com o fito de aperfeiçoar estratégias para aproximação de ambas. Os objetivos específicos fundamenta-se em analisar a participação das comunidades da região noroeste e norte de Goiânia no policiamento preventivo; verificar a imagem que as comunidades da região noroeste e norte de Goiânia vislumbram em relação à polícia; pesquisar fatores que aumentam a confiança da comunidade em relação à polícia e estudar estratégias de aproximação entre a polícia militar e sociedade. O estudo foi feito por meio de pesquisa de campo que contempla, respectivamente, o tipo exploratório e explicativo. Em seguida, foi feita pesquisa bibliográfica. A materialização das entrevistas ocorreu por meio de questionários com perguntas abertas, com aplicação do método do contato direto a líderes comunitários da região noroeste e norte na cidade de Goiânia. Observou-se como resultado que a polícia possui baixa proximidade com a comunidade e esta fica alheia a programas existentes, como por exemplo, o policiamento comunitário e que o policial deve ser imparcial no tratamento com o cidadão prezando pela ética e respeito. Conclui-se então, a importância da iniciativa por parte da polícia em aproximar da sociedade, aprimorando o processo de interação de ambas para melhor solução dos problemas sociais.

Palavras-Chave: Polícia Militar. Comunidade. Interação.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to study the interaction between the community and Goiás military police, with the aim of improving strategies for approaching both. The specific objectives based on analyzing the participation of communities in the northwest and north of Goiania in preventive policing; check the image that communities of northwest and north of Goiania glimpse of the police; search for factors that increase the community's trust in the police and study approach strategies between the military police and society. The study was done through field research that includes, respectively, the exploratory and explanatory type. Then literature was made. The materialization of the interviews took place

¹ Cursando o Centro de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Orientador: Cap. QOPM André Luiz DIGUES da Costa, CFO 1999 academia da PMGO, Bacharel em Direito pela Universo (2006), Especialista em Educação e Docência Universitária, Professor do Curso de Formação da Polícia Militar do Estado de Goiás.
Co - orientadora: 2º TEM. QOPM THAISE Francisca Nunes Gonçalves, Polícia Militar do Estado de Goiás.

through questionnaires with open questions, applying the method of contact directly to community leaders in northwest and north in the city of Goiania. It was observed as a result the police has low proximity to the community and this is alien to existing programs, such as community policing and the police must be impartial in treatment with citizens valuing ethics and respect. In conclusion then, the importance of the initiative by the police in approaching the society, enhancing both interaction process to better address social problems.

Key Words: Military Police. Community. Interaction.

INTRODUÇÃO

A baixa interação ainda existente entre policial militar e sociedade é um fator que compromete a Segurança Pública eficiente, talvez resquício do regime militar. A Polícia Militar goiana possui ainda algumas dificuldades em provocar respostas confiáveis às questões provindas da comunidade, principalmente entre minorias de classes sociais quanto às características étnicas e situação socioeconômica.

Sabe-se que muitos problemas são específicos, oriundos do traço cultural de cada comunidade e que a identificação da existência deles, juntamente com a definição de como resolvê-los dependem, sobremaneira, da proximidade com confiança e diálogo entre o policial e as pessoas que integram essa comunidade. Possivelmente, se as forças policiais encorajarem a prevenção do crime baseada na interação com a comunidade, enfatizarem a corresponsabilidade com o público fora das situações de emergência, aumentarem a contribuição do público na definição de políticas para descentralização do comando; poderão ser creditados benefícios substanciais tanto para a comunidade como para a polícia.

Por isso a caracterização do problema pode ser resumida em como aumentar essa interação entre a polícia e a comunidade. É preciso, melhorar a imagem da corporação, aumentar a confiança e o grau de envolvimento da sociedade na participação do policiamento. Pesquisas de campo com líderes comunitários foram desenvolvidas, portanto, nas regiões noroeste e norte da capital Goiana, em razão de as comunidades goianas possuírem como um todo, características semelhantes aos grupos em estudo. As pesquisas de campo

poderão apresentar realidades plausíveis para possível geração de soluções dos problemas específicos nos quesitos imagem e participação da comunidade.

Com a intenção de produzir conhecimentos significativos, organizados e sistematizados deste trabalho, também foi desenvolvida, por meio da técnica de pesquisa bibliográfica, uma investigação cujo principal objetivo foi estudar a interação entre comunidade e polícia militar goiana, para subsidiar estratégias de aproximação das ambas.

Para se chegar ao objetivo geral, que é o fim da pesquisa, primeiramente foram analisados os objetivos específicos que representam os meios nos quais se chega ao objetivo geral. Por isso, foi necessário primeiramente, analisar a participação das comunidades da região noroeste e norte de Goiânia, no policiamento preventivo; verificar a imagem que as comunidades da região noroeste e norte de Goiânia vislumbram em relação à polícia; pesquisar fatores que aumentam a confiança da comunidade em relação à polícia e estudar estratégias de aproximação entre a Polícia Militar e sociedade.

Esse assunto é de suma importância e possui caráter social, pois é através da maior interação entre policiais e comunidade que poderá haver uma melhora significativa da Segurança Pública.

A delimitação do estudo foi feito em um período de seis meses, tempo no qual foi desenvolvido um questionário (apêndice) e aplicado a dois líderes comunitários. A realização da pesquisa foi feita nas regiões norte e noroeste da cidade de Goiânia.

1 A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO PÚBLICA COM A POLÍCIA MILITAR

Muitos problemas possuem características específicas de cada comunidade. Mas a identificação de suas existências e a definição de como resolvê-los dependem bastante da proximidade entre o policial e as pessoas que integram a comunidade. Se as forças policiais encorajarem a prevenção do crime baseada na interação entre elas e a comunidade fora das situações de emergência, e ainda, aumentarem a contribuição do público na definição de

políticas em prol da Segurança Pública; poderão ser creditados benefícios substanciais para todos.

Acredita-se que o valor do policiamento comunitário é, de fato, duradouro. Sabe-se que ainda não é possível criar e implementar novas estratégias e seu impacto simultaneamente. Porém, Bayley e Skolnick (2002), sustentam a ideia que é sim possível, haver melhora na prevenção do crime, desde que as forças policiais encorajem essa precaução baseada na comunidade. Assim, outros benefícios virão como a maior responsabilização da polícia frente à comunidade e aumento do recrutamento de mulheres e minorias para o trabalho policial.

A participação social e não assistência policial, como muitos confundem, é o foco da Polícia Comunitária. Esta é sim, particularizada, dentro de critérios peculiares de aproximação com a sociedade para a melhoria de vida da população. Sempre que grupos de cidadãos se reúnem para encaminhar soluções a cerca de problemas comuns, o resultado é bastante positivo. A compreensão da comunidade e sua cooperação pública é a chave para a prevenção e controle do crime e da desordem bem como a diminuição do medo da população. Só assim, haverá democratização das questões de Segurança Pública e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

De acordo com Trojanowicz e Bocqueroux (1994), o Policiamento Comunitário é uma filosofia personalizada de serviço completo. Ou seja, o mesmo policial que patrulha na área numa base permanente, a partir de um local descentralizado, trabalha numa parceria preventiva como os cidadãos a fim de identificar e resolver os problemas. Estudos já analisaram atividades de Segurança Pública desenvolvidas com a participação da comunidade. Percebe-se que a participação dela é de fundamental importância na definição do cenário de atuação policial, caracterizando o perfil da comunidade e os seus principais traços culturais. Além disso, cabe ao cidadão evidenciar as suas necessidades, deixando claro quais os seus temores e fragilidades em relação à segurança local.

A importância da interação dos agentes e sociedade é destacado na obra de Bayley e Skolnick (2002), quando fala sobre os benefícios do Policiamento Comunitário. A interação não emergencial com os cidadãos ocorre com pouquíssimas cargas emocionais como visto no questionário, aumentando

o contato do policiamento com pessoas que não desejam nada, a não ser a presença dela para garantir a segurança da comunidade.

1.1 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO POLICIAMENTO

Infelizmente, percebe-se, na realidade goiana, que a população não tem o hábito de participar do planejamento ou nas decisões que envolvem as políticas públicas. Como já dito por Bayley e Skolnick (2002), o diferencial é que a filosofia de Policiamento Comunitário instiga no cidadão a noção de que ele tem direito e deve participar dos processos decisórios.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 144, caput, diz que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O primeiro passo é permitir que as comunidades participem da construção da Segurança Pública. Por isso, se faz necessário a divisão de responsabilidades para que cada um assuma o seu papel e sua responsabilidade, pois a milícia sozinha continuará combatendo a violência e os crimes, pois a ela compete preservar a ordem pública. Mas os resultados não serão os mesmos se houver uma efetiva participação dos membros da sociedade. Outro fator que deve ser analisado é com relação a rotatividade nos quadros dos agentes que acaba desfavorecendo o processo de cooperação entre comunidade e polícia.

Isto impede o desenvolvimento de um trabalho mais metódico, gera a sensação de que qualquer apoio que a comunidade preste à polícia será inútil, porque logo haverá mudanças e todo este trabalho irá por “por água abaixo”, entre outros. Havendo a fixação do policial em um determinado posto por um tempo razoável, fará com que ele fique conhecido por todos, trazendo benefícios mútuos para a polícia e a comunidade. O simples fato do cidadão conhecer determinado policial pelo nome é um fator que gera confiança na comunidade, ao mesmo tempo em que o policial poderá desfrutar do reconhecimento por parte da comunidade e da corporação pelo seu trabalho, entre outras vantagens. (BONDARUK e SOUZA, 2003, p. 63-64)

1.2 A IMAGEM QUE A SOCIEDADE VISLUMBRA EM RELAÇÃO À POLÍCIA

Não são raras as ocasiões em que a mídia e a população julgam policiais por atos aparentemente incorretos ou até mesmo corretos, mas que, por falta de conhecimento ou contextualização a sociedade os interpreta erroneamente ou os julgam negativamente antes que o fato passe pelo crivo de um devido processo legal.

Para Bondaruk e Souza (2003), talvez essa situação esteja ligada aos resquícios que a Polícia Militar recebeu da Revolução de 1964. Nesse período, o poder executivo exercido por militares, reprimiram liberdades constitucionais dos cidadãos para aumentar seu próprio poder e manter o controle total do Estado. O autoritarismo imperava em detrimento dos demais poderes, porque neste período os direitos e garantias dos cidadãos foram reduzidos ao máximo e o poder executivo federal utilizou a Polícia Militar como instrumento de repressão nos estados, com fim de manter a ditadura que imperava no cenário nacional.

Por ter servido como parte de instrumento repressivo social, a Polícia Militar fica, ainda hoje, estereotipada como órgão puramente repressivo, a serviço dos interesses dos governantes e não como órgão a serviço da comunidade. Por ser uma unidade incumbida pela preservação da ordem pública, tem em seu ofício, à semelhança de um pai, ou seja, encarregada de identificar aquele que não tem uma conduta correta e tal como um pai, para dizer que o comportamento está errôneo. Na visão de Bondaruk e Souza (2003) a tendência é hostilizar àquele que está advertindo; pois desagrada àquele que está sendo advertido.

“A polícia existe exatamente para ser este *não* da sociedade.”
Bondaruck e Souza (2003, p.78).

[...] apesar de uma função inóspita tem seu reconhecimento pela parcela da comunidade que viu e sentiu a atuação da policial contra a atitude indesejada de algum indivíduo que prejudica o toda, a sociedade. Este reconhecimento pode vir posteriormente até mesmo do indivíduo anteriormente em erro que, tal qual um adolescente, tem um amadurecimento e aceita ter agido de forma inconveniente. (BONDARUK e SOUZA, 2003, p. 78)

Para que haja este reconhecimento, a atividade da Polícia Militar deve cercar-se de técnicas corretas, meios adequados e da energia necessária e não em violência ou arbitrariedades. Pode-se muito bem em uma abordagem, designar o indivíduo abordado como *senhor* e não como *vagabundo*, sem que

isto prejudique o desenrolar da ação. Porém, dependendo da natureza da ocorrência, como por exemplo, um roubo tal, tratamento é obviamente dispensável. A responsabilidade de agir de acordo com a lei é obrigatoriedade da Polícia Militar. Por isso, erros contra a dignidade humana devem ser respondidos por sanções legais nas esferas administrativas, civil e penal. Infelizmente, tais atitudes prejudicam a imagem da polícia necessitando ainda, de mais estratégias para tentar aumentar a confiança perante a comunidade. À vista disso, é de suma importância um controle rígido e estreito diante às atitudes policiais.

No entendimento de Bondaruk e Souza (2003), a filosofia de Policiamento Comunitário busca uma mudança na cultura de relacionamento entre cidadão e polícia. A comunicação mais direta e cotidiana entre policial e cidadão pode reverter o estereótipo que este vislumbra em relação àquele. A presença constante do Policial Comunitário, a sensação de segurança decorrente, a solução de problemas, ainda que pequenos, fortalece a imagem da polícia como um todo.

O Policial Militar Goiano ao atender uma ocorrência, deve compreender que, naquele momento, as pessoas envolvidas acreditam estar corretas, pois estão em alto nível emocional. O respeito e o esforço de cada um no sentido de respeitar e apoiar as pessoas nos momentos de conflitos são preponderantes para que haja reconhecimento por parte da comunidade. O agente deve ser equilibrado e imparcial no atendimento das ocorrências, não se deixando envolver, mas respeitando os envolvidos; uma vez que a imagem da Corporação depende do bom desempenho profissional desse auxílio ao atender às necessidades da população.

O estresse policial decorrente da profissão é outro fator significativo para que os atos do policial militar possam refletir na imagem da Corporação. Suas causas e efeitos influenciam decisivamente na qualidade de vida do policial e, conseqüentemente, do serviço que exerce. O agente que atua no Policiamento Comunitário sente-se valorizado e tende a sofrer com menos intensidade os problemas que sofre em razão de sua profissão.

O Major QOPM João Cavalim de Lima (2002, p. 43) define a “Síndrome de Burnout” como [...] sentimento de fracasso e exaustão causada por um excessivo desgaste de energia e recursos.

Um estado de esgotamento físico, emocional e mental, caracterizado por um abatimento físico, sentimentos de desespero e fragilidade, perda dos recursos emocionais, desenvolvimento de atitudes negativas para o trabalho, para a vida e para outras pessoas. (PINES, ARONSO e KAFRY, 2002, p. 107)

Na opinião de Bondaruck e Souza (2003), é preciso saber a diferença entre o estresse da vida normal, da chamada “Síndrome de Burnot”, definida como uma afecção específica decorrente do desgaste profissional.

Três dimensões caracterizam a “Síndrome de Burnout”, de acordo com especialistas na obra de Major Cavalim (2002): exaustão emocional, despersonalização ou desumanização e diminuição da realização pessoal no trabalho. A primeira dimensão revela um agente cansado, irritado, depressivo, ansioso que pode exercer o uso abusivo de álcool, cigarros e/ou drogas. A segunda dimensão mostra um policial com presença de insensibilidade emocional em que o cinismo e a dissimulação afetiva prevalecem. E por último, a terceira dimensão, exhibe um agente que se autoanalisa negativamente, provocando insatisfação, o que gera a não realização pessoal no trabalho.

A prevenção e o tratamento da “Síndrome de Bournout” dependem, sobremaneira, do ambiente de trabalho e suas características, que naturalmente geram o bem-estar do profissional, tais como: a comunicação, a participação ativa na própria organização e o reconhecimento profissional. Por isso, o Policiamento Comunitário entra como uma terapia quando os agentes são incentivados e reconhecidos pessoalmente ou em público. Enfim, quando é mostrado para o subordinado, razões para serem excelentes naquilo que fazem.

É relatado na literatura de Greene (2007), que há uma variação considerável entre cidadãos negros e brancos com relação à percepção a respeito da polícia. Os cidadãos negros possuem uma probabilidade maior de serem registradas médias negativas para com a polícia.

Numa comunidade como um todo, há uma forte suspeita de que o fato de quem a pessoa é afeta o modo como a polícia vai tratá-lo. Já vimos que o testemunho de policiais levam credibilidade a esta afirmação. A crença na desigualdade de tratamento dependendo da posição da pessoa é mais de duas vezes comum nas comunidades minoritárias. Apenas 20% dos entrevistados de classe dominante disseram que o status pessoal afetavam o tratamento, enquanto 56% de negros e 47% dos hispânicos responderam que afetava. (BAYLEY e MENDELSOHN, 1969, p. 112-113)

Comprova-se nesses estudos que os negros têm a sensação de que são vítimas do comportamento de violação da lei pela polícia, o que contribui para condutas negativas dos negros em relação à mesma. Embora a opinião pública a respeito da polícia seja, em geral, benigna, com mais frequência ela é negativa entre os cidadãos negros. Existe diferença de atitude no tratamento pela polícia em relação à raça negra e raça branca. Infelizmente, a cooperação do cidadão frente à polícia é afetada, principalmente no quesito aos padrões de denúncia de crime. Ou seja, os cidadãos com maior probabilidade de serem vítimas do crime são os que provavelmente apresentarão opiniões menos favoráveis sobre a polícia. Com isso, há menor probabilidade de relatos de crimes ou qualquer outra informação por parte dos negros.

As percepções do cidadão a respeito de sua preferência racial para a polícia são marcadas de maneira forte, levando minorias sociais à perda da confiabilidade e o aumento do nível de hostilidade das interações entre polícia e os cidadãos. A obra de Greene (2007) até relata uma experiência negativa individual com polícia pode ser generalizada para o bairro como um todo.

1.3 FATORES QUE AUMENTAM A CONFIANÇA NA POLÍCIA MILITAR POR PARTE DA COMUNIDADE

A confiabilidade e a importância social do trabalho de Polícia Militar para Bondaruk e Souza (2003) dependem de como as pessoas sentem-se ao serem atendidas e integradas ao processo de prevenção. Por isso, a filosofia de aproximação da polícia com a comunidade gera na sociedade efeitos benéficos como a segurança e confiança.

As atitudes de um Policial Militar são essenciais para que a sociedade confie ou não no trabalho da Corporação a qual ele pertence. A Polícia Militar do Estado do Paraná, visando conquistar a confiança dos destinatários de seus serviços criou “Diretrizes Geral de Planejamento e Emprego”; cujo objetivo é regular as condutas dos policiais ao prestarem serviços à população (Paraná, 2000).

É de suma importância que haja padrões comportamentais no atendimento de ocorrências como alega a Polícia Militar do Paraná (2000). Um

dos pontos relevantes das diretrizes é que o Policial Militar no exercício de sua atividade atuará com ausência de emoções e concepções pessoais. O mesmo não poderá haver preconceitos quanto a nível social, raça, condição econômica e deverá observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Todas as pessoas devem ser respeitadas em suas integridades físicas e morais. O Policial Militar é o protetor da comunidade e assim deve ser visto por todos. O mesmo deverá oferecer um ambiente de tranquilidade ao cidadão, com base em uma atuação planejada, dando a certeza para a sociedade, que representa uma instituição forte, respeitadora e garantidora dos direitos dos cidadãos.

É meritório lembrar que, quando a ordem pública é abalada, o Policial Militar é convocado para restabelecê-la. Nesta hora, o militar deve ter em mente que a atitude por ele tomada causará uma reação imediata nas pessoas envolvidas, principalmente nas pessoas que observam. Desta forma o agente de Segurança Pública deve agir de modo imparcial demonstrando fisionomia que represente serenidade, tolerância, honestidade, educação e boas maneiras. Finalmente, o policial deve compreender e respeitar o comportamento estressante dos envolvidos durante o atendimento de uma ocorrência, jamais emitir comentários a respeito das atitudes tomadas pelos mesmos. E atentar-se para as regras de segurança que cada caso requer, tomando as decisões corretas, pois o policial deve lembrar que as pessoas com quem ele contata levam uma impressão extensiva a todos os Policiais Militares (Paraná, 2000).

Hoje se tem que o legalismo exige tanto quanto dos cidadãos, como dos policiais, condutas condizentes com padrões de legalidade. Os responsáveis pelo policiamento devem agir conforme o que espera a sociedade. O princípio da legalidade aparece expressamente na Constituição Federal vigente em 1988, em seu art. 37, caput, e dispõe que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Portanto, a exigência legal pelo cumprimento da lei é uma forma de redução de comportamentos descabidos por agentes militares, pois quando estes desempenham suas funções de forma ilícita ou abusiva, a legitimidade do Poder Público é posta em descrédito. Logo, se as forças policiais agirem em

estrito cumprimento com as leis, conseqüentemente, terá êxito no controle da criminalidade, uma vez que os cidadãos terão mais empatia em colaborar.

1.4 ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DA POLÍCIA OSTENSIVA EM RELAÇÃO À SOCIEDADE

Uma prevenção eficiente ao crime depende da cooperação da sociedade junto à polícia, uma vez que a maioria das informações sobre delitos são oriundas das comunidades, através de vítimas, testemunhas, informantes e colaboradores. Afinal, é a comunidade que tem conhecimento das condições locais, tendo muito a cooperar com policiamento de seu bairro (BRASIL, 2008).

É importante colher aspirações da sociedade para que assim, a segurança seja alcançada. “O policial é o principal elemento do processo.” (BRASIL, 2008, p. 236). A obra Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária expõe como é substancial que o Policial Comunitário desempenhe sua atividade operacional de forma correta. Nela, tem-se o ensinamento de técnicas para aproximação de comunidades resistentes como conscientizar a comunidade local sobre a responsabilidade de cada um na prevenção indireta dos ilícitos; transmitir orientações ao cidadão, de forma a despertar o espírito de cidadania; estreitar os laços com a comunidade local no intuito de conquistar sua confiança e, conseqüentemente, passar a receber informações que refletirão diretamente em uma melhoria na prestação do serviço policial. Ainda, zelar constantemente pelo bem-estar e qualidade de vida da comunidade local; despertar no cidadão o interesse pela solução em conjunto, através da ajuda mútua, frente aos problemas comuns; instruir a população sobre seus direitos como cidadão e como acionar o poder público para solução dos seus problemas e da coletividade.

É interessante não executar o Policiamento Comunitário somente com viaturas. Muitas vezes, é mais eficaz, quando efetuado à pé, ou mesmo, com motonetas; e em lugares planos e de clima ameno, de bicicleta. A proximidade física com a comunidade estreita os laços. Isto posto, conhecer a rotina de seu setor de trabalho, aprimorando-se para chamar as pessoas pelo nome, criando um vínculo de amizade e respeito mútuo o que tende a gerar apenas resultados

benéficos. Convidar a comunidade local para participar das reuniões comunitárias e conhecer o policiamento e sua área de atuação, tratar o cidadão como aliados também são excelentes estratégias. Às vezes, o pequeno delito é o que realmente aflige a comunidade local. Nos locais onde houver incidência de furto ou outros delitos, é necessário efetuar pequenas reuniões com a comunidade para orientá-la e mantê-la vigilante para acionar a polícia corretamente.

Pode-se dizer que o Policial Militar deve evitar que as pessoas denunciem traficantes e outros criminosos publicamente em reuniões. O ideal é ter uma urna, garantindo o anonimato. Nas entradas e saídas de escolas, o agente deve procurar fazer presente com sorriso para as crianças, distribuindo carinho e respeito. Deve conversar com os pais, procurar falar de seu trabalho com orgulho e colher sempre informações para abordar as pessoas que precisam ser abordadas. “[...] uma atitude positiva é contada no máximo para cinco pessoas, enquanto uma negativa é contada no máximo para dez [...]” (BRASIL, 2008, p. 240). A polícia não pode esperar que a comunidade tenha iniciativa em aproximar dela para discutir Segurança Pública, mas sim, ela própria, tomar medidas no sentido de tornar-se receptiva e motivadora dessa ação de aproximação por meio de reuniões, palestras, visitas e debates.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi efetivada por meio de questionários aplicados à dois líderes comunitários de diferentes regiões da capital goiana. Sendo o primeiro líder, o presidente do 42º Conselho de Segurança da região noroeste, englobando os bairros Jardim Primavera, Fonte das Águas I e II, Recreio dos Bandeirantes, Parque Maracanã e Conjunto das Chácaras. E o segundo líder, o presidente do 31º Conselho de Segurança da região norte, englobando os bairros Setor Jaó e Setor Santa Genoveva.

A escolha das regiões noroeste e norte de Goiânia justificou-se em razão de existir realidades sociais, econômicas e culturais distintas em ambas

as regiões, assim, permitindo realizar uma análise de amostragens sob vertentes diferentes, ou seja, visões distintas. Considerou-se que as comunidades goianas como um todo possuem características semelhantes aos grupos em estudo, permitindo concluir a extensão dos resultados da pesquisa ao restante da população goiana no que se refere à participação da comunidade no policiamento e ao conceito da sociedade em relação à Polícia Militar goiana.

Considerando que esses líderes são os representantes destas comunidades, eles possuem, portanto, propriedade para relatar os anseios, angústias e opiniões desses grupos dos quais eles representam; pois quando algum membro destes grupos necessita de algo, é quase certo que o mesmo procura a pessoa mais acessível, ou melhor, ao seu alcance, sendo o líder neste caso, para solução de problemas.

A materialização das pesquisas de campo ocorreu por meio de questionários com perguntas abertas. Quanto ao tipo desta pesquisa conforme os objetivos, quais sejam: conhecer as características de um fenômeno para posteriormente esclarecer suas causas e consequências bem como, analisar as intenções sociais de um grupo. Infere-se que esta pesquisa contempla o tipo exploratório e explicativo respectivamente.

A apresentação dos resultados desta pesquisa está evidenciada pelas seguintes codificações: as respostas fornecidas pelo presidente do 42º Conselho de Segurança da região noroeste estão representadas pela letra “A”. Por outro lado, as respostas fornecidas pelo presidente do 31º Conselho de Segurança da região norte estão representadas pela letra “B”.

Com a intenção de produzir conhecimentos significativos, organizados e sistematizados neste trabalho, foi desenvolvido, por meio da técnica de pesquisa bibliográfica, para pesquisar fatores que aumentam a confiança da comunidade em relação à polícia e estudar estratégias de aproximação entre a polícia militar e sociedade.

O proceder metodológico deu-se através da escolha do método indutivo. Este pode ser justificado por o trabalho partir de duas regiões de Goiânia particulares até chegar às conclusões generalizadas e também por possuir a finalidade de ampliar o alcance dos conhecimentos por meio de técnicas de coleta oriunda, neste trabalho, do questionário desenvolvido (apêndice).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como Greene (2007) enfatiza em suas pesquisas, o leitor deve reconhecer que o tipo exploratório e explicativo de pesquisa é determinado por diferentes variáveis. Muitas medidas estão ligadas às percepções de um único líder regional. Não podemos dizer, com certeza, até que ponto essas percepções individuais são confiáveis ou válidas. Por outro lado, para muito desses fatores, mais do que muitas medidas *objetivas*, são as percepções que provavelmente constituem melhores previsores.

3.1 ANÁLISE PARTICIPATIVA DA COMUNIDADE FRENTE AO POLICIAMENTO PREVENTIVO

A pesquisa aponta que grande parte da população não sabe qual é o papel da Polícia Militar. O líder “A” aponta que para muitos, o papel da polícia é *prender* e que poucos sabem qual é o papel da polícia, qual seja manter a ordem e proteger as pessoas. Percebe-se que a mesma falta de esclarecimento é vista no depoimento do líder “B”, ao relatar que uma grande parte da população sabe de maneira superficial o papel da polícia. E que ainda não conseguem distinguir o papel da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Quando questionado aos presidentes dos conselhos se a comunidade local saberia o que é Policiamento Comunitário, na região noroeste, lamentavelmente, poucos sabem. Enquanto na região norte, felizmente, grande parte tem noção do que é. Fato este favorecido depois das ações do 9º Batalhão da Polícia Militar (BPM) com a implantação do Projeto Vizinhança Solidária².

Quando questionado se a comunidade local possuía conhecimento de iniciativas de Policiamento Comunitário em seus bairros, revelou-se que existe uma possível deficiência na divulgação da filosofia de aproximação entre polícia e cidadão, ou que pode haver falta de interesse da população em informar-se sobre ações que revertem em benefício dos próprios. O presidente do 42º

² É um programa que visa conscientizar a comunidade local de que todos podem auxiliar na Segurança Pública, prestando atenção em pequenos detalhes, como um estranho na casa do vizinho, ou alguém suspeito rodando a vizinhança, que devem ser repassados para a viatura local, para que as providências possam ser tomadas.

Conselho de Segurança afirma que poucos sabem e participam das reuniões sobre segurança no bairro. O presidente do 31º Conselho de Segurança alega que possuem 50% das ruas do setor com iniciativas do Projeto Vizinhança Solidária, atualmente. Ele acredita então, que ao menos este percentual possui conhecimento.

Nota-se que a criatividade na divulgação pode ser fundamental, como é observado na resposta do líder “B”, em que um projeto chamado Vizinhança Solidária ajudou a informar sobre a filosofia de Policiamento Comunitário.

Ao interpelar aos líderes se a comunidade de seus respectivos bairros participa das reuniões referentes ao policiamento e se quando participam sugerem algo, o líder “A” replicou que poucos moradores participam das reuniões, porém os participantes sugerem maior proximidade da polícia e realização de mais visitas a fim de orientá-los a respeito de roubos e outros crimes. Afirma também que os comerciantes são os mais assíduos nas reuniões. O líder “B” é mais objetivo ao atestar que acontecem reuniões gerais e de rua. Nas reuniões gerais, a participação fica em torno de 5% e para as de rua, 30% em média. Garante que uma das formas de divulgação foi a proposta da Polícia Militar e do Conselho de Segurança (CONSEG) ao definir líderes nas ruas. As reuniões são feitas para tratar os temas de ruas e por isso, a participação tem aumentado muito.

Desta forma percebe-se que a omissão da população sobre a Segurança Pública, em relação ao compartilhamento de responsabilidade junto ao poder público ainda é grande. Conforme a Carta Magna de 1988, aquela é um direito e responsabilidade de todos, mas nem todos possuem o hábito de participar do planejamento ou das decisões que envolvem as Políticas Públicas. Esse comportamento omissivo tem sido menor quando é utilizada a criatividade para estimular o cidadão a participar dos processos decisórios; sobre a eleição de líderes de ruas com a finalidade de ampliar a divulgação das reuniões a cerca do policiamento no bairro, alcançando assim resultados positivos, como relatou o líder “B”.

3.2 AVALIAÇÃO DA IMAGEM DA POLÍCIA MILITAR

A imagem da instituição na opinião de Bondaruk e Souza (2003) está diretamente relacionada ao comportamento de seus membros em relação aos usuários dos serviços.

A pesquisa mostra que as queixas em relação à polícia são mais acentuadas nas regiões carentes, como no caso das comunidades da região noroeste e que as reclamações são atenuadas nas regiões de classes médias, como no caso das comunidades da região norte. Assim, quando perguntado aos líderes se já receberam reclamações de algum membro das comunidades das quais eles representam, sobre algum tipo de agressão física ou verbal sofrida, praticada por policiais; o líder “A” afirma que *sim*. Explica que a agressão foi tanto física quanto verbal, de jovens que foram abordados por policiais no período noturno, sem documentos de identificação. Por outro lado, o líder “B” alega que apenas uma minoria reclama a respeito dos procedimentos normais de abordagens nos bloqueios, o que é normal. Mostra-se então, que o policial deve melhorar no sentido de ser imparcial no tratamento com o cidadão, independentemente de sua classe econômica, pautando suas condutas no profissionalismo, respeito e ética.

A pesquisa revela que o antigo paradigma da sociedade ao opinar que a polícia era imparcial no tratamento entre a raça branca e a raça negra já foi superado nas comunidades, pois ambos os líderes responderam que não havia, até o momento, recebido nenhuma reclamação neste sentido. Diante de pesquisas já realizadas por estudiosos, como na obra de Greene (2007) apontando o tratamento inadequado de policiais em relação a negros, verifica-se que houve uma evolução positiva com a possibilidade dessa mudança de cenário, ter sido motivada, principalmente, pela rigorosa legislação que repudia o preconceito racial.

A pesquisa mostra que há certa resistência da polícia em receber sugestões e críticas de comunidades carentes em relação a comunidades de classes médias, pois quando os líderes são questionados se a polícia está preparada para ouvir críticas ou sugestões vindas da comunidade, ambos respondem que *sim*. Entretanto, o líder “A” acrescenta, que apenas em algumas partes.

A pesquisa aponta que os moradores de ambas as regiões em estudo estão satisfeitos quanto aos serviços prestados pelos policiais nas comunidades.

Isso pode ser verificado quando é perguntado aos líderes se a comunidade está satisfeita com os policiais de seus respectivos bairros. O presidente do 42º Conselho de Segurança responde que agora a comunidade está satisfeita, mas antigamente não. Isso devido à presença constante do Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual (SIMVE). Ele alega que, antes eram poucos policiais. E o presidente do 31º Conselho de Segurança também confirma que a comunidade está muito satisfeita com os policiais que os atendem.

É válido lembrar que a simples presença do policial não será satisfatória caso ele não realize um bom atendimento. Por isso, deve haver uma quantidade maior de policiais nas ruas para gerar no cidadão uma sensação de segurança e, por conseguinte, a satisfação com o policiamento em seu bairro.

4 CONCLUSÃO

A conduta do policiamento ostensivo é um dos temas mais discutidos em jornais, televisão, internet, redes sociais e conversas entre amigos. Existe, atualmente, um grande anseio do cidadão brasileiro que a Polícia Militar chegue próxima da tão almejada presente nos países de primeiro mundo. Uma problemática real do policiamento é justamente a resistência da comunidade em relação à Polícia Militar, no caso deste artigo, abordado na cidade de Goiânia. Sabe-se que a palavra *resistência* é uma força que se opõe à outra. Felizmente, não vivemos uma realidade em que comunidade e Polícia Militar andassem em sentidos opostos. Mas, podemos observar que há ainda, longos passos a serem dados, a fim de diminuir essa resistência.

Apontou-se no artigo, o problema da interação da comunidade no Policiamento Comunitário. Por intermédio da pesquisa de campo, constatou-se que há pouca participação devido à baixa proximidade dos policiais. Ou seja, é preciso que haja projetos consistentes de orientação e divulgação dos benefícios gerados com essa aproximação dos cidadãos. Estes, só serão mais presentes quando as informações de programas e estratégias chegarem às suas casas de forma clara e precisa. É imprescindível enfatizar que a comunidade é sim, responsável pela efetividade e eficácia da Segurança Pública tão desejada. Pode-se dizer que a palavra - chave é então: *informação*. A informação gera conscientização que semeia a atitude e que provoca o resultado.

Questionou-se a imagem dos policiais no artigo com intuito de melhorá-la. Revelou-se na pesquisa de campo, que as maiores queixas encontram-se nas regiões mais carentes. Estas regiões queixam-se até de agressão física e verbal, principalmente, na conduta dos policiais de abordagem noturna para solicitação de documentos. Ora, é sabido então, que existe uma grande necessidade de fiscalização mais rígida e estreita perante atitudes policiais que vão de encontro com a dignidade humana; bem como, treinamentos mais constantes que enfatizam o respeito e o esforço por parte dos policiais nos momentos de conflitos. Diminuindo assim, a “Síndrome de Burnout” para geração de bem estar no profissional policial e melhoria da sua imagem vista pelos cidadãos.

Para aumentar a confiança e a aproximação entre policiais e cidadãos, é preciso mudanças de atitudes. Na primeira problemática da confiança, é preciso que atitudes simples regulem as condutas policiais na prestação de serviços à população. Os padrões comportamentais devem então, estar alinhados às expectativas da sociedade. Isto posto, é preciso que haja uma exigência legal pelo cumprimento da lei, como forma de redução de comportamentos descabidos. Na segunda problemática da aproximação, é claro concluir que a polícia não pode esperar que a comunidade tenha iniciativa em aproximar dela. O policial é quem deve tomar medidas receptivas e motivadoras de ação de aproximação, sabendo ouvir a comunidade para, assim, solucionar os problemas.

Se todas essas medidas forem aplicadas e seguidas com obstinação e persistência, certamente refletirá numa imagem adequada da Corporação. Conseqüentemente, a resistência da comunidade frente à Polícia Militar Goiana será rompida, uma vez que a eficiência e qualidade dos serviços prestados serão mensuradas por meio da satisfação plena da sociedade através da certeza dos benefícios gerado para todos.

REFERÊNCIAS

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA César Alberto. **Polícia Comunitária: Polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003. v. 3.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2. ed. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília: SENASP, 2008.

DECKER, SCOTTH; WAGNER Allen E. Denúncias da família e dos cidadãos contra a polícia: uma Análise de suas interações. In: GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do trabalho policial: questões e análises**. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 119-135.

GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do trabalho policial: questões e análises**. São Paulo: EDUSP, 2007.

BONDARUK, Roberson Luíz. SOUZA, César Alberto. Aspectos psicológicos de polícia comunitária. In: _____. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003. cap. 5.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2005. 232 p.

PARANÁ. **Diretriz geral de planejamento e emprego da PMPR**: diretriz nº 004/2000. Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Comando Geral, 2000.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policciamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento comunitário: como começar**. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. 3. Ed. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro, 1994. 338 p.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

Participação da comunidade no policiamento de seu bairro:

1. A comunidade desses bairros sabe qual é o papel da polícia? Pequena ou grande parte da comunidade tem esse esclarecimento?
2. A comunidade desses bairros sabe o que é o policiamento comunitário? Pequena ou grande parte da comunidade tem esse esclarecimento?
3. A comunidade desses bairros tem conhecimento de alguma iniciativa de policiamento comunitário no local? Pequena ou grande parte da comunidade tem esse esclarecimento?
4. A comunidade participa de alguma reunião referente ao policiamento em seus bairros? Ela sugere algo? E o número de participantes?
5. A comunidade desses bairros se sente mais segura devido às iniciativas de aproximação do policial com o cidadão?

Conceito da comunidade em relação a Polícia Militar Goiana:

1. Como líder comunitário, o senhor já recebeu alguma reclamação de moradores sobre agressão por parte da polícia?
2. Que tipo de agressão, física e/ou verbal?
3. O senhor sabe se houve denúncia?
4. O senhor sabe se houve seguimento ao processo? Por quê?
5. O senhor já recebeu alguma queixa dos moradores com relatos de que a polícia é imparcial em relação ao tratamento entre brancos e negros?
6. Segundo os moradores, a polícia está preparada para ouvir a comunidade (elogios, críticas ou sugestões aos seus integrantes)?
7. A comunidade está satisfeita com os policiais dos bairros?
8. O senhor tem sugestões sobre como a iniciativa do policiamento pode ser melhorada nesses bairros?